

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	31
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	33
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.390
Preferenciais	131
Total	7.521
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	268.004	262.642
1.01	Ativo Circulante	48.821	41.859
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.709	27.230
1.01.03	Contas a Receber	6.698	8.342
1.01.03.01	Clientes	6.698	8.342
1.01.04	Estoques	848	654
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.238	4.633
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.238	4.633
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.960	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	368	1.000
1.01.08.03	Outros	368	1.000
1.02	Ativo Não Circulante	219.183	220.783
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.528	1.409
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.528	1.409
1.02.03	Imobilizado	216.812	218.424
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	216.812	218.424
1.02.04	Intangível	843	950
1.02.04.01	Intangíveis	843	950

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	268.004	262.642
2.01	Passivo Circulante	66.540	59.316
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.160	6.659
2.01.02	Fornecedores	18.938	12.089
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.484	6.730
2.01.05	Outras Obrigações	20.958	33.838
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	358	327
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	358	327
2.01.05.02	Outros	20.600	33.511
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	8.052	8.631
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	8.338	20.670
2.01.05.02.08	Outros	2.954	2.954
2.01.05.02.09	Receita Diferida ISS/IPTU	1.256	1.256
2.02	Passivo Não Circulante	179.781	176.109
2.02.02	Outras Obrigações	66.956	67.396
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.351	1.419
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.351	1.419
2.02.02.02	Outros	65.605	65.977
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	65.240	65.711
2.02.02.02.06	Cessões de Áreas a Realizar	365	266
2.02.03	Tributos Diferidos	5.446	5.523
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.446	5.523
2.02.04	Provisões	78.428	73.740
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	78.428	73.740
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	23.422	20.952
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	55.006	52.788
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	28.951	29.450
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	17.800	18.114
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	11.151	11.336
2.03	Patrimônio Líquido	21.683	27.217
2.03.01	Capital Social Realizado	216.713	216.713
2.03.02	Reservas de Capital	29.420	29.420
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	29.420	29.420
2.03.03	Reservas de Reavaliação	117.111	117.355
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-341.561	-336.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	54.676	19.708
3.01.01	Receita Bruta	52.239	21.825
3.01.02	Impostos	-3.367	-1.827
3.01.03	Cancelamentos, devoluções e abatimentos	-139	-290
3.01.04	Subvenção municipal	5.943	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.947	-19.582
3.03	Resultado Bruto	15.729	126
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.190	-22.194
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.380	-22.947
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	190	753
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.461	-22.068
3.06	Resultado Financeiro	-150	-716
3.06.01	Receitas Financeiras	614	516
3.06.02	Despesas Financeiras	-764	-1.232
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.611	-22.784
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.611	-22.784
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.611	-22.784
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,74592	-3,02884
3.99.01.02	PNA	-0,74592	-3,02884
3.99.01.03	PNB	-0,74592	-3,02884
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,74592	-3,02884
3.99.02.02	PNA	-0,74592	-3,02884
3.99.02.03	PNB	0,00000	-3,02884

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-5.611	-22.784
4.02	Outros Resultados Abrangentes	244	243
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.367	-22.541

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.500	-6.126
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.927	-14.706
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	-5.611	-22.784
6.01.01.02	Depreciação	1.633	5.760
6.01.01.03	Amortização	107	0
6.01.01.05	Provisão para devedores duvidosos	11	0
6.01.01.06	Provisão para contingências	4.688	1.625
6.01.01.07	Provisão para décimo terceiro salário	822	0
6.01.01.08	Provisão de férias e encargos	86	0
6.01.01.09	Receita diferida realizada	-314	-314
6.01.01.12	Realização de subvenção em imobilizado	-185	0
6.01.01.13	Juros e variações monetárias	690	1.007
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.427	8.580
6.01.02.01	Redução (aumento) das contas a receber	1.632	4.084
6.01.02.02	Redução (aumento) dos estoques	-194	-267
6.01.02.03	Redução (aumento) dos impostos a recuperar	-604	-573
6.01.02.04	Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	-151	69
6.01.02.05	Aumento (redução) de fornecedores	6.849	1.795
6.01.02.06	Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	1.591	114
6.01.02.07	Aumento (redução) de obrigações tributárias	9.519	4.612
6.01.02.09	Despesas antecipadas	-9.167	-5.409
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-128	-265
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	-481	2.459
6.01.02.13	Recursos municipais Eventos	-12.333	2.439
6.01.02.14	Outros Passivos	40	-478
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21	-96
6.02.01	Imobilizado	-21	-96
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-178
6.03.02	Recursos governamentais	0	-178
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.521	-6.400
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.230	14.387
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.709	7.987

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	216.713	29.420	0	-336.271	117.355	27.217
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	216.713	29.420	0	-336.271	117.355	27.217
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.611	0	-5.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.611	0	-5.611
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	321	-244	77
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	321	-321	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	77	77
5.07	Saldos Finais	216.713	29.420	0	-341.561	117.111	21.683

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	216.713	0	0	-294.994	118.330	40.049
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	216.713	0	0	-294.994	118.330	40.049
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.784	0	-22.784
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.784	0	-22.784
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	320	-243	77
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	320	-320	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	77	77
5.07	Saldos Finais	216.713	0	0	-317.458	118.087	17.342

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	58.222	19.731
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	52.239	21.825
7.01.02	Outras Receitas	5.994	641
7.01.02.01	Outras Receitas	190	931
7.01.02.02	Receitas Canceladas	-139	-290
7.01.02.03	Subvenções governamentais	5.943	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-11	-2.735
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.278	-17.603
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.278	-17.603
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.944	2.128
7.04	Retenções	-1.740	-5.760
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.740	-5.760
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.204	-3.632
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	614	547
7.06.02	Receitas Financeiras	614	547
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	17.818	-3.085
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	17.818	-3.085
7.08.01	Pessoal	16.992	14.283
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.523	6.513
7.08.01.02	Benefícios	3.592	3.595
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.561	863
7.08.01.04	Outros	5.316	3.312
7.08.01.04.01	Provisões (Reversões) Conting. Trabalhistas	305	0
7.08.01.04.02	Férias	1.482	652
7.08.01.04.03	13º Salário	889	780
7.08.01.04.04	Verbas Rescisórias	2.640	1.862
7.08.01.04.05	Outros	0	18
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.397	5.198
7.08.02.01	Federais	5.199	3.812
7.08.02.03	Municipais	1.198	1.386
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40	218
7.08.03.02	Aluguéis	40	218
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.611	-22.784
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.611	-22.784

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da São Paulo Turismo S.A., em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes do período, acompanhados das Informações Financeiras Intermediárias correspondentes, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2020.

A Empresa

São Paulo Turismo S. A. (Companhia) estabelecida no Parque Anhembi, à Av. Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritária a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,7% das ações ordinárias. A sociedade tem por objeto social: a) a locação, comodato, permuta, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade, ou ainda, áreas que a Companhia detenha a posse, para a realização de eventos de qualquer espécie, bem como para a exploração comercial de qualquer atividade autorizada pela Sociedade; b) a produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela Sociedade ou por terceiros; c) o fornecimento e/ou comercialização de infraestrutura, contratações artísticas, serviços, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade; d) a construção e reforma de qualquer tipo de edificação em sua propriedade ou de terceiros; e) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, referente a publicidade, merchandising, mídia e telecomunicações de quaisquer espécies; f) a formulação e execução de política, a promoção e exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo; g) o licenciamento de marcas de sua titularidade; h) o apoio ou patrocínio de projetos ou eventos de interesse social, turístico ou cultural e outros similares; i) a concessão a terceiros de quaisquer tipos de direitos que recaiam sobre a exploração comercial das áreas de sua propriedade ou posse; j) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, de materiais relacionados à cidade de São Paulo; k) a prestação de serviços de consultoria especializada nas áreas de turismo e eventos.

O **Anhembi Parque** é composto por três grandes áreas para locação: O **Pavilhão de Exposições**, com 76.319m² de área para exposição. O **Palácio**

Comentário do Desempenho

das Convenções, um complexo de salas moduláveis, auditórios e *halls* distribuídos em 35.997m², destacando o *Auditório Celso Furtado*, com 2.553 lugares e o *Auditório Elis Regina*, com 799 lugares e 6.500m² de área de exposição. **O Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo**, o “**Sambódromo**”, com mais de 100 mil m² para a realização de eventos, compreendendo a *Arena Anhembi* com 22.936m² e capacidade para 30 mil pessoas, *10 setores com módulos de arquibancadas*, infraestrutura de camarotes, sanitários, bares e pista de desfile (*Passarela Adoniran Barbosa*), a *Nova Arena Anhembi*, com 14.095m² e capacidade para 24 mil pessoas e o *Espaço Anhembi*, com área total de mais de 10.000m², ambientes divididos em dois pisos, capacidade para 3.200 pessoas na área interna, com flexibilidade para a pista e arquibancada, comportando até 18.000 pessoas.

Os principais eventos realizados pela Companhia são contratados pela Secretaria Municipal de Turismo/PMSP: Aniversário da Cidade, "Natal Iluminado", "Réveillon na Paulista", Carnaval, "Parada LGBT", "Virada Cultural" e outros tantos eventos na Cidade de São Paulo.

Enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus

A Prefeitura de São Paulo, editou em 16 de março do corrente exercício o decreto de nº 59.283, declarando situação de emergência no Município e definiu medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

Dentre tais medidas, foi montado em determinados espaços da Companhia o Hospital de Campanha Anhembi, com algumas ações de responsabilidade da SPTURIS, cujos gastos correspondentes serão reembolsados pelo Tesouro Municipal conforme preceituado no art.2º do referido decreto. Também foi autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência.

Privatização

O procedimento que teve por objeto a alienação das ações de titularidade do município do capital social da Companhia foi encerrado, sem prejuízo de sua utilização para publicação de novo Edital.

Em 07/11/2019 foi encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo o Projeto de Lei nº 749/2019 que dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da Companhia, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação acionária.

Empresa Estatal dependente

A Companhia foi incluída na Lei Orçamentária Anual de 2020, caracterizando sua dependência financeira da sua acionista controladora, a PMSP.

Comentário do Desempenho

Assim, a Companhia passa a seguir os dispositivos do Decreto nº 59.171/19, pelo qual são estabelecidos os limites à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2020.

Governança Corporativa

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela CVM, no Informe do Código de Governança da Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 586/17.

Desempenho

A receita com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a PMSP.

O quadro abaixo mostra o faturamento de serviços prestados e locações até 31 de março de 2020 comparado a 2019, em R\$ mil.

	Mar-20	Mar-19	Variação
(+) EVENTOS/PMSP	47.996	15.077	218%
(+) ANHEMBI:	10.186	6.747	51%
PAVILHÃO	359	1.321	-73%
PALÁCIO/ELIS REGINA	1.187	1.688	-30%
SAMBÓDROMO	1.132	1.446	-22%
OUTRAS LOCAÇÕES	603	1.141	-47%
ESTACIONAMENTOS	823	1.006	-18%
TELECOM	139	145	-4%
SUBVENÇÕES	5.943	0	
(=) TOTAL *	58.182	21.825	167%
* Clientes Públicos	82%	69%	19%
* Clientes Privados	18%	31%	-43%

Variações relevantes:

a) O aumento de 218% em 2020 na rubrica Eventos/PMSP se deu por maiores receitas com eventos, em especial, pela Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR);

b) O aumento de 2020 em Receitas com Parque Anhembi se deve principalmente aos recebimentos de Subvenções Municipal para uso no custeio da Companhia.

Comentário do Desempenho

O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa comparativo financeiro de 2020 e 2019 (em R\$ Mil).

	Mar-20	Mar-19	Variação
1. TOTAL ENTRADAS (1)	64.040	47.022	36%
1.1 Anhembi	5.617	8.091	-31%
1.2 Eventos / PMSP	52.480	38.931	35%
1.5 Aportes / Subvenções	5.943		
2. TOTAL SAÍDAS (2)	-65.548	-53.423	23%
2.1 Pessoal	-12.410	-14.066	-12%
2.2 Serviços Públicos	-1.864	-1.716	9%
2.3 Tributos/ Parcelamento	-1.785	-4.635	-61%
2.4 Fornecedores/ Outras	-49.489	-32.912	50%
2.5 Investimentos	0	-93	
MOVIMENTO DE CAIXA NO PERÍODO	-1.508	-6.401	-76%

- a) O aumento em 36% nas entradas, foi devido aos fluxos financeiros dos eventos com a Secretaria Municipal de Turismo, com volume maior em 2020 e Subvenções municipais;
- b) O aumento em 50% das saídas com Fornecedores foi reflexo de custos do evento carnaval de rua.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S.S, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Relações com os Investidores

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como através de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0571, e-mail: rodrigo.kluska@spturis.com).

Comentário do Desempenho

Considerações finais

A Administração da Companhia, em conjunto com a PMSP, estará atenta às condições atuais desfavoráveis decorrentes do coronavírus, e não deixará de empenhar todos os seus esforços para colaborar na superação desta crise, na busca da redução dos efeitos dos riscos e incertezas que se apresentam.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 22 de maio de 2020.

A Administração

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2020**

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão, em 22 de maio de 2020, da elaboração das informações intermediárias para o período findo em 31 de março de 2020.

1.1 Efeitos do Coronavírus nas Informações Financeiras Intermediárias

Com relação à saúde financeira da Companhia, entendemos que certamente haverá impactos decorrentes da atual crise sanitária que acomete o país, causando interferência direta na economia, e, no caso específico, no setor de eventos e turismo, tal como em outros setores econômicos, assim como possíveis impactos em razão do cancelamento/adiamento de eventos realizados no Complexo Anhembi (contratos privados) e de eventos realizados para a Prefeitura do Município de São Paulo (eventos públicos). Não houve reforço para a provisão para perdas com contas a receber, em razão da pandemia, por não terem sido prestados serviços ao setor privado, no trimestre, que estejam pendentes de recebimento. Tais impactos, no entanto, não alteram a atual situação de dependência da Companhia da sua acionista majoritária, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No mais, as seguintes medidas administrativas mais relevantes foram tomadas:

- Adoção de regime excepcional de teletrabalho (*home office*) para alguns dos colaboradores, priorizando-se aqueles que se encaixam no grupo de risco, gestantes e lactantes;
- Antecipação compulsória do período de férias de alguns dos colaboradores;
- Flexibilização da jornada de trabalho dos colaboradores que utilizam transporte público, evitando-se os horários de pico; e
- Reuniões por vídeo ou teleconferência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas em conformidade com as normas do CPC 21 (R1) e IAS 34 – Interim Financial Reporting

Notas Explicativas

emitida pelo IASB – International Accounting Standards Board e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o trimestre findo em 31 de março de 2020, não ocorreram mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 conforme nota explicativa nº 3. Por isso, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2020	31/12/2019
Bens numerário	30	46
Conta movimento	915	1.438
Aplicações financeiras	24.764	25.746
	25.709	27.230

As aplicações financeiras estão concentradas em renda fixa com remuneração média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/03/2020	31/12/2019
Clientes no País	3.101	5.147
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo)	8.311	7.898
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.714)	(4.703)
	6.698	8.342

O *aging list* do receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

	31/03/2020	31/12/2019
A vencer	549	6.165
<i>Vencidos:</i>		
Vencidos até 30 dias	4.730	927
Vencidos de 31 dias até 60 dias	158	148

Notas Explicativas

Vencidos de 61 dias até 90 dias	600	1.490
Vencidos de 91 dias até 180 dias	2.163	580
Vencidos há mais de 180 dias	3.212	3.735
Total	11.412	13.045

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos.

A movimentação da provisão de perda de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	4.703	1.746
Adições	11	3.248
Reversões	-	(291)
Saldos no final do período	4.714	4.703

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/03/2020	31/12/2019
IRPJ a compensar	2.385	1.797
CSLL a compensar	9	9
COFINS a compensar	1.837	-
PIS a compensar	399	-
INSS a compensar	608	2.827
	5.238	4.633

Considerando as regras de tributação atualmente vigentes, a Companhia tem a expectativa de realizar os referidos tributos durante os exercícios de 2020 e 2021.

A Companhia avalia constantemente a recuperação dos seus créditos fiscais e mantém no balanço patrimonial o saldo líquido da expectativa de recuperação.

7. OUTROS VALORES A RECEBER

	31/03/2020	31/12/2019
Adiantamentos a empregados	368	208
Despesas diferidas	-	792
	368	1.000

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/03/2020	Líquido 31/12/2019
Terrenos	-	121.122	-	121.122	121.122
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	129.371	(47.817)	81.554	82.639
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(2.398)	1.890	1.935
Estacionamento	3,45%	11.412	(5.233)	6.179	6.284
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.657)	1.353	1.384
Instalações	10%	16.090	(11.898)	4.192	4.474
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.654	(6.435)	219	259
Veículos	20%	1.205	(1.205)	-	-
Móveis e utensílios	10%	5.299	(5.031)	268	297

Notas Explicativas



Outros ativos fixos	20% e 10%	458	(423)	35	30
Total imobilizado		298.909	(82.097)	216.812	218.424

	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/03/2020	Líquido 31/12/2019
Programas e sistemas	20%	2.265	(1.428)	837	943
Marcas e patentes	10%	103	(97)	6	7
Total intangível		2.368	(1.525)	843	950
Total imobilizado e intangível		301.277	(83.622)	217.655	219.374

A movimentação do imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

Contas	31/12/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Baixas de depreciação	31/03/2020
Terrenos	121.122	-	-	-	-	121.122
Edifícios e Benfeitorias	82.639	-	(1.085)	-	-	81.554
Túnel de Serviços	1.935	-	(45)	-	-	1.890
Estacionamento	6.284	-	(105)	(20)	20	6.179
Ruas Praças e Jardins	1.384	-	(31)	-	-	1.353
Instalações	4.474	-	(282)	-	-	4.192
Máquinas e equipamentos	259	14	(54)	(138)	138	219
Veículos	-	-	-	-	-	-
Moveis e Utensílios	297	-	(29)	(524)	524	268
Outros ativos fixos	30	7	(2)	(231)	231	35
Total Imobilizado	218.424	21	(1.633)	(913)	913	216.812
Programas e Sistemas	943	-	(106)	-	-	837
Marcas e Patentes	7	-	(1)	-	-	6
Total Intangível	950	-	(107)	-	-	843
Imobilizado e Intangível	219.374	21	(1.740)	(913)	913	217.655

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. Para o período findo em 31 de março de 2020, os trabalhos da consultoria contratada para realizar os testes de recuperabilidade foram suspensos em atenção às medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, decretada pela PMSP em 16/03/2020.

É importante ressaltar que o Ativo Imobilizado de R\$216.812 mil é composto de 55% de terrenos computado a preços de custo (R\$121.122 mil), 42% de edificações e os restantes 3% em outros equipamentos.

O ativo intangível é composto por programas e sistema de informática e marcas e patentes.

Notas Explicativas



9. FORNECEDORES

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	12.305	8.412
<i>Vencidos:</i>		
Vencidos até 30 dias	(a) 2.413	700
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a) 540	44
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a) 626	-
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a) 149	273
Vencidos há mais de 180 dias	(b) 2.905	2.660
Total	18.938	12.089

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos decorrentes da observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o fisco. Outros fornecedores em atraso decorrem de questões referentes a prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que estão sendo discutidas judicialmente.

A Lei federal 13.303/16, (Lei das Estatais) trouxe maior autonomia às estatais de forma a mantê-las mais competitivas diante do mercado, com a possibilidade de o Conselho de Administração poder determinar o aumento de valores a serem adquiridos mediante contratação direta, novos critérios de julgamento de propostas e outros procedimentos auxiliares de licitação. O planejamento se tornou mais comprometido, tendo em vista a necessidade de mapa de riscos nas aquisições e contratações de forma geral.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
FGTS	1.040	-
INSS empresa	1.717	1.660
INSS retido	131	180
Rescisões	789	-
13º Salário	822	-
Férias e encargos	4.346	4.259
IRRF	315	560
	9.160	6.659

Notas Explicativas



11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante		
Prefeitura do Município de São Paulo (IPTU/ISS)	11.731	14
Parcelamento IPTU/ISS (a)	4.604	4.558
Impostos a recolher:		
COFINS a recolher	4	1.359
PIS a recolher	1	294
Impostos retidos	1.144	505
	17.484	6.730
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos (a)	65.240	65.711
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	5.446	5.523
	70.686	71.234
Total circulante e não circulante	88.170	77.964

(a) Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997.

Receita diferida ISS/IPTU

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante	1.256	1.256
Não circulante	17.800	18.114
	19.056	19.370

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

12. EVENTOS A REALIZAR

	31/03/2020	31/12/2019
Carnaval 2020	-	3.819
Eventos diversos	8.338	14.608
Réveillon na Paulista	-	2.243
	8.338	20.670

Notas Explicativas**13. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS**

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura do Município de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à Companhia um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

A Receita Federal tem por prática, com relação aos débitos parcelados, dar a quitação a partir dos mais antigos. Desta forma, foi apurado que esta Companhia teve seus débitos quitados antes de algumas empresas. Por sua vez, algumas destas empresas aderiram a parcelamentos diretamente com a Receita Federal que ofereciam condições mais vantajosas. Na reformulação do parcelamento da PMSP, as demais empresas efetuaram acordos para o restabelecimento do equilíbrio em razão deste procedimento da Receita Federal. A posição devedora da Companhia é com a SPTRANS, sendo:

	31/03/2020	31/12/2019
Passivo circulante	358	327
Passivo não circulante	1.351	1.419
Total	1.709	1.746

14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	2.602	3.743
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	3.275	2.668
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	1.747	1.773
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	268	116
Contrato futuros – Estacionamento	40	-
Adiantamentos de clientes	120	331
	8.052	8.631
Não circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	365	266
Total circulante e não circulante	8.417	8.897

Pandemia do Corona Vírus - COVID 19

Tendo em vista as medidas de isolamento decorrentes da pandemia do coronavírus, neste panorama ocorrem perspectivas de cancelamentos e adiamentos, conforme quadro abaixo:

Notas Explicativas

	Valor do contrato	Valores recebidos
Confirmados	3.410	1.632
Em análise	10.856	4.072
Cancelados	2.195	733
	16.461	6.437

A política da Companhia é, dentro das possibilidades, sejam realizados os máximos esforços para que eventos não sejam cancelados, e sim, adiados. Dessa forma evitamos a devolução de receitas, ao transformar os cancelamentos e adiamentos em cartas de crédito; a menos que os eventos tenham cunho assistencial e realizados por órgão assistencial, em combate à fome, ou com arrecadação com este objetivo.

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

(a) Provisões constituídas:

	31/03/2020	31/12/2019
Cíveis	55.006	52.788
Trabalhistas	3.117	2.812
Provisão para dissídios e encargos	20.305	18.140
Total	78.428	73.740

Cíveis – A ação mais relevante, no montante provisionado de R\$ 45.904, decorre da empresa SPTRANS, parte relacionada, sob mesmo controle acionário da PMSP, que reclamou recursos que alegou não haver recebido, referentes a repasses da PMSP, para o transporte de integrantes de entidades do samba, nos carnavais entre 1984 e 1997. A Companhia, já condenada, face à precariedade de registros e documentos à época, aguarda a solução financeira, dentre as quais a mesma que em outro processo com as mesmas características, de equacionamento pela acionista majoritária comum.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – Refere-se ao dissídio do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial. Da mesma forma, foi acrescentada à provisão o ACT

Notas Explicativas

2017/2018, com base na estimativa de aumento de 2% dos salários. E também acrescentada à provisão o CT 2018/2019, com base na estimativa de aumento de 4% dos salários.

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas
Saldo no início do período 31/12/2019	52.788	20.952
Atualização monetária	2.218	2.470
Saldos no final do período 31/03/2020	55.006	23.422

(b) Passivos contingentes não provisionados

Tipo de Ação	31/03/2020	31/12/2019
Ações Cíveis	1.483	1.453
Trabalhistas	1.841	1.752
	3.324	3.205

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco potencial no médio prazo, considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes

No atinente às ações cíveis, a maior parte das provisões está relacionada a três processos judiciais. Já no tocante às ações trabalhistas, o saldo contingenciado é objeto de diversos processos judiciais.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais, em 31/03/2020, o montante de R\$1.528 (R\$ 1.409 em 31 de dezembro de 2019).

16. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/03/2020 o montante de R\$ 15.958 e aplicados R\$ 13.108 em obras.

Notas Explicativas



17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 31/12/2020
SalDOS em 31/03/2020	7.389.933	44.853	87.368	7.522.154	216.713

A empresa contava com 3.570 acionistas em 31/03/2020. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B.

b) Adiantamentos para futuro aumento de Capital

Data do adiantamento	31/03/2020
05/09/2019	18.708
06/12/2019	5.922
12/12/2019	2.187
27/12/2019	2.603
	29.420

c) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2019	122.879	(5.524)	117.355
Realização da reserva de reavaliação	(322)	-	(322)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	78	78
Saldo em 31/03/2020	122.557	(5.446)	117.111

18. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 47, aprovado pela Resolução CFC – NBC TG 47, aprovado pela Deliberação CVM - 762/16, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigo 208 do Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 9.580/18) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas. Assim, perante a referida

Notas Explicativas

legislação, a parte inicial da DRE publicada deveria ser apresentada da seguinte forma:

	31/03/2020	31/03/2019
Receita bruta		
Eventos	47.996	15.078
Pavilhão	359	1.321
Palácio	1.187	1.688
Polo Cultural	1.132	1.446
Outras Locações	558	1.070
Estacionamento	823	1.006
Telecom	139	145
Autódromo de Interlagos	-	71
Subvenções	5.988	-
	58.182	21.825
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(3.367)	(1.827)
Outras deduções da receita	(139)	(290)
Receita líquida	54.676	19.708

19. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**19.1 Custos das atividades operacionais**

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	31/03/2020	31/03/2019
Mão de obra, serviços e equipamentos	33.361	14.511
Utilidades e Serviços	4.364	3.196
Depreciação	1.222	1.875
	38.947	19.582

19.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	31/03/2020	31/03/2019
Remunerações, encargos sociais e benefícios	12.385	11.518
Utilidades e serviços	245	205
Honorários	198	247
Manutenções e locações	373	192
Despesas gerais	2.860	2.540
Propaganda e publicidade	8	10
Tributos, taxas e contribuições	421	303
Depreciações e amortizações	191	3.573
Provisões e reversões de provisões	4.699	4.359
	21.380	22.947

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

Notas Explicativas

**20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

	31/03/2020	31/03/2019
Realização de receitas diferidas de benefícios de adesão a parcelamentos tributários	322	316
Atualização de passivos tributários	(723)	(1.045)
Receitas de aplicações financeiras	267	207
Multas	(2)	(137)
Outras despesas e receitas financeiras	(14)	(57)
	(150)	(716)

21. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do prejuízo diluído por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/03/2020	31/03/2019
Numerador		
Prejuízo no trimestre	(5.611)	(22.784)
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada do número de ações em circulação	170.010	170.010
Prejuízo líquido por ação básico	(33,00)	(134,02)

22. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	31/03/2020	31/12/2019
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	116.414	116.414
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de Mercado	Valores de mercado

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Notas Explicativas

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2020 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Bens numerário e conta movimento	945	-	945
Aplicações financeiras	-	24.764	24.764
Contas a receber e clientes	6.698	-	6.698
Impostos a recuperar	5.238	-	5.238
Outras contas a receber	368	-	368
	13.249	24.764	38.013
Passivos			
Fornecedores	18.938	-	18.938
Obrigações trabalhistas	9.160	-	9.160
Obrigações tributárias	88.170	-	88.171
Empresas municipais	1.709	-	1.709
	117.977	-	117.978

b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

24. PARTES RELACIONADAS

Durante os períodos apresentados a Companhia manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme quadro abaixo.

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias e

Notas Explicativas

empresas da administração indireta), representa, em 31/03/2020, 82,5% da receita total do período comparado a 69,1% no mesmo período em 2019.

Com relação à prestação de serviços para a realização de eventos, as transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, sem cobrança de ingressos, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média 15%, e impostos. Não houve ocorrência de interessados para a contratação do tipo de serviço no setor privado.

Com relação às locações das áreas do complexo para partes relacionadas, totalizaram R\$ 703 no primeiro trimestre de 2020 e R\$ 1.021 no primeiro trimestre de 2019. São praticados descontos que variam de 25% a 50%, enquanto para o setor privado é praticado de 10 a 25%.

	31/03/2020	31/12/2019
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	8.311	7.898
	8.311	7.898
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Eventos a realizar	8.338	20.670
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	4.604	4.558
SPTRANS	358	327
	13.300	25.555
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	65.240	65.711
SPTRANS	1.351	1.419
	66.591	67.130
	31/03/2020	31/03/2019
Resultado		
Receitas	48.699	16.099
Por eventos	47.996	15.078
Eventos para a Cidade de São Paulo	18.257	8.042
Carnaval	27.039	5.630
Natal e Réveillon	2.700	805
Aniversário da Cidade	-	601
Receitas com locação de área PMSP	703	1.021
	31/03/2020	31/03/2019
Eventos por Secretarias da PMSP	26.753	5.649
Turismo	-	7.850
Governo Municipal	20.649	368
Cultura	594	57
Saúde	-	433
Educação	-	153
Pessoa com Deficiência Mobilidade Reduzida	-	389
Esporte, Lazer e Recreação	-	

Notas Explicativas

Desenvolvimento, Trabalho e Emprego

-
47.996179
15.078**25. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia no primeiro trimestre de 2020 foi de R\$ 483, e no primeiro trimestre de 2019 foi de R\$ 425. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.

26. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

Em 07/11/2019 foi encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo o Projeto de Lei nº 749/2019 que dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da Companhia, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação acionária prevista na Lei nº 16.766/2017.

Para aprovação o projeto dependerá de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, em conformidade ao art. 40, § 3º, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 22 de maio de 2020, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis.

Impugnação de cobrança de IPTU

A Companhia recebeu notificações adicionais de cobrança de IPTU em razão de vistoria efetuada no imóvel da sede em junho de 2019. Tais notificações não estão reconhecidas contabilmente, tendo em vista que as respectivas matrículas estão em processo de retificação no Registro de Imóveis, pelo que impugnamos os lançamentos para a quadra 283, processo SEI nº 6017.2020/0007572-6, e quadra 284, Processo SEI nº 6017.2020/0007548-3.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia está analisando a pertinência das notificações, entendendo, desde logo, que os lançamentos efetuados estão desconexos com a realidade fática do terreno e da área construída. A Administração espera, portanto, desfecho favorável à Companhia.

Referência ao ano da notificação	Quadra 283	Quadra 284	Total por ano
2015	2.275	1.813	4.088
2016	2.837	1.884	4.721
2017	3.197	2.038	5.235
2018	3.322	2.277	5.599
2019	3.214	2.483	5.697
	14.845	10.495	25.340

Aumento de Capital

Em 29/04/2020 foi homologado o aumento de capital da Companhia, para R\$ 246.150, pela integralização de adiantamentos da acionista majoritária, mencionados na nota explicativa nº 17b, no valor de R\$ 29.420, e pelo aporte de acionistas minoritários, no exercício do direito de preferência, e subscrição de sobras, no valor de R\$17.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

São Paulo Turismo S/A

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante quanto a continuidade operacional dos negócios

A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 5.611 no período de três meses findos em 31 de março de 2020, prejuízos acumulados em R\$ 341.561 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 17.719, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 26, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Em 26.12.2019, foi promulgada a Lei nº 17.253/19, tal lei incluiu a SP Turismo S/A na LOA 2020, o que caracteriza, nos termos do artigo 2º, III, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a dependência financeira da sua acionista controladora, a Prefeitura Municipal de São Paulo (“PMSP”). Assim, a Companhia passa a seguir os dispositivos do Decreto nº 59.171/19, pelo qual são estabelecidos os limites à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2020 a todos os entes da Administração Direta e Indireta municipais.

Em 31 de março de 2020, os ativos e passivos da SP Turismo S/A. foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Pandemia – COVID 19

Conforme divulgado pela Companhia ao mercado na data de 03/04/2020 e igualmente apresentado nas notas explicativas às suas informações financeiras intermediárias nº 1.1 e nº 14, a SP Turismo S/A está sendo impactada pelas restrições impostas pelo governo no Estado de São Paulo em relação a infecção por “coronavírus” ou “Covid-19” por representar uma grande ameaça à saúde pública. A Companhia tem ciência dos impactos na economia, e, no caso específico, no setor de eventos e turismo, em razão do cancelamento/adiamento de eventos realizados no Complexo Anhembi (contratos privados) e de eventos realizados para a Prefeitura Municipal de São Paulo (eventos públicos). Tais impactos, no entanto, não alteram a atual situação de dependência da Companhia da sua acionista majoritária, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus ("COVID-19"), priorizando o trabalho remoto para diversos grupos de profissionais, reforçando os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e externos. Diante da implementação do hospital de Campanha, a sede administrativa da Companhia foi transferida para outros espaços do Complexo Anhembi, estes distantes do Palácio de Exposições, Pavilhões Oeste, Norte e Sul, locais onde foi construído referido hospital de campanha. Nossa conclusão não está ressaltada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado.

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa revisão sobre as informações financeiras intermediárias, não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações financeiras intermediárias, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Blumenau (SC), 22 de maio de 2020.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

SÃO PAULO TURISMO S.A.

CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60

NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: 26 de maio de 2020, às 15:00h, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19.

PRESENCAS: Presentes os membros titulares do Conselho Fiscal, Srs. Thiago Demétrio Souza, Marcelo Pierantozzi Gonçalves, Marco Antônio Torres Passos, Eduardo José de Souza e a suplente, Sra. Cibele Araújo Clemente do Prado.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho Fiscal por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os Conselheiros Fiscais e a Secretária, Rebecca Alonso Nascimento.

ORDEM DO DIA: (i) Deliberação quanto às Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31.03.2020; (ii) Apresentação dos resultados da Companhia até abril de 2020; e (iii) Apreciação dos itens de maio do Plano de Trabalho do Conselho Fiscal.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Com relação ao item (i) da Ordem do Dia, tendo como base os documentos apresentados para a apreciação do trimestre findo em 31.03.2020, que foram diligentemente analisados, bem como diante do Relatório da Berkan Auditores Independentes emitido, sem ressalvas, em 22.05.2020, o Conselho Fiscal, por unanimidade de votos dos presentes, emitiu parecer favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31.03.2020, pelo que assinaram referido Parecer do Conselho Fiscal, o qual é parte integrante desta ata.

Não obstante, a Sra. Cibele Araújo C. do Prado, conselheira representante dos colaboradores da SPTURIS, solicitou o registro do seguinte apontamento: “embora o balanço apresente as demonstrações financeiras até o dia 31.03.2020, nesta última data foram assinados 5 (cinco) contratos para a aquisição de recursos direcionados ao Hospital de Campanha para o combate ao Corona vírus (total de R\$ 18.909.173,47). Ainda que a execução financeira seja apresentada no 2º ITR, e que os valores dispendidos sejam reembolsados pelo Tesouro Municipal, temos a preocupação em relação ao caixa da companhia, se haverá impacto nas despesas atuais (principalmente com a folha de pagamento dos funcionários), visto que não tínhamos a previsão deste orçamento (fato incomensurável), bem como quando ocorrerá o devido ressarcimento.”.

Ainda, acerca desse ponto, o Diretor Financeiro esclareceu que não se pode confundir as Ações do COVID-19 para PMSP com Ações para o HMCamp Anhembi, situações totalmente distintas e que precisam ser separadas. No caso acima, trata-se das Ações do COVID-19 para PMSP. Além disso, o Diretor Financeiro ressaltou que, em que pese os altos valores dos contratos assinados, os pagamentos correspondentes serão realizados conforme a utilização dos produtos/serviços. Assim, até o fechamento do mês de abril de 2020, foram utilizados, aproximadamente, 10% dos recursos previstos em contrato, ou seja, por volta de R\$600.000,00.

Na sequência, com relação ao item (ii) da Ordem do Dia, os Conselheiros Fiscais registraram que tomaram conhecimento da apresentação dos resultados da Companhia até o mês de abril de 2020, sendo esclarecidas as seguintes dúvidas.

a) Questionamento: com relação às contas a receber em atraso, quais as providências que estão sendo tomadas e qual a expectativa de recebimento (somente os débitos de 2019 e 2020).

Contas a receber – setor público – turismo

- Em 2019 (R\$1.896.238)

- Providências tomadas pela Companhia:

1) Por se tratar de dívidas com as Secretarias Municipais, o assunto foi encaminhado à Câmara de Conciliação da Prefeitura de São Paulo, para tentativa de acordo e recebimento dos valores devidos, conforme já informado a este Conselho Fiscal nas reuniões passadas. A expectativa de recebimento é remota, e ficaremos no acompanhamento junto à Câmara de Conciliação da PMSP.

2) Com relação ao valor de R\$452 mil, este foi encaminhado à SMTUR para análise. A expectativa de recebimento é alta, já que o atraso se deve aos trâmites internos de conferência dos recursos públicos por parte da secretaria.

Contas a Receber - Setor Privado

- Em 2019 (R\$1.853.127)

- Providências tomadas pela Companhia: envio dos processos à Gerência Jurídica pra cobranças judiciais, extrajudiciais ou tentativas de acordo, salvo alguns casos de permuta, em que o acordo é buscado diretamente pela área de vendas da Companhia. A expectativa de recebimento depende dos trâmites e prazos judiciais.

- Em 2020 (R\$1.418.816)

- Providências tomadas pela Companhia: envio dos processos à Gerência Jurídica pra cobranças judiciais, extrajudiciais ou tentativas de acordo, salvo alguns casos de permuta, em que o acordo é buscado diretamente pela área de vendas da Companhia. A expectativa de recebimento é remota, pois a expectativa de recebimento amigável não prosperou antes de qualquer medida judicial.

b) Questionamento: com relação às contas a pagar em atraso (cobrança administrativa - em 2020 - R\$2.408.629), solicita-se comentário a respeito do motivo para o atraso, e se a Companhia está sujeita ao pagamento de encargos financeiros?

Resposta da Companhia:

- Motivo do atraso pela Companhia: falta de certidões negativas, glosas em itens de serviços e produtos por parte dos gestores, falta de informações das retenções fiscais nos documentos.

- Encargos financeiros: os atrasos estão justificados internamente, nenhum deles em cobrança bancária, sem incidência de juros quando da regularização.

c) Solicitação: com relação ao fluxo de caixa do exercício (quadro 7), solicita-se que seja acrescentado, neste quadro, coluna com os valores previstos ao lado do valor executado mês a mês, para fins de comparação mensal.

Resposta da Companhia: a solicitação será atendida e refletida nas apresentações das próximas reuniões.

Com relação ao item (iii) da Ordem do Dia, os Conselheiros Fiscais registram a análise dos seguintes itens relativos ao mês de maio de 2020: 1 Ratificação do Plano de Trabalho do Conselho Fiscal – mandato 2020/2021, apresentado em abril/2020; 2 Situação Geral das contas - acompanhamento do Guia Gerencial (mês de referência: abril/2020); 2.1 Financeiro - Fluxo de Caixa mensal e Projeção Anual (previsto realizado); 2.1.1 Examinar a evolução dos Créditos a Receber em atraso; 2.1.2 Examinar a situação das Contas a Pagar em atraso; 2.2 Acompanhamento da Execução do Orçamento 2020 (previsto realizado); 2.3 Contabilidade/Balancete Patrimonial/Resultado acumulado do exercício 2020; 2.4 Compromisso de Desempenho Institucional (Decreto 53.916/13); 2.4.1 Análise do relatório semestral decorrente do acompanhamento do CDI; 3 Examinar atualização do SADIN – Sistema de Acompanhamento da Administração Indireta; 4 Acompanhamento da Regularidade Fiscal; 4.1 Certidão Negativa de Débitos Tributários (Federais/Estaduais/Municipais); 4.2 Certidão Negativa de Débitos Previdenciários; 4.3 Certidão de Regularidade junto ao /FGTS; 4.4 Adimplência no Cadastro Informativo (CADIN) nas esferas (Federais/Estaduais/Municipais); 5 Examinar as atas das reuniões; 5.1 Diretoria Executiva; 5.2 Conselho de Administração; 5.3 Cumprimento do parágrafo 1º do artigo 163 da Lei 6.404/76; 6 Acompanhamento dos trabalhos de auditoria; 6.1 Examinar cumprimento de eventuais recomendações do TCM e Auditoria Externa; 6.2 Análise do Relatório dos trabalhos da Auditoria Independente – 1º ITR; 7 Verificar o andamento e melhoria de desempenho - Planejamento Estratégico Comercial – 2020; 8 Acompanhamento do Projeto de Privatização da Empresa e do Projeto de Lei nº 749/2019; 9 Acompanhamento dos Impactos da COVID-19 nos negócios da Companhia.

Com relação aos itens 8 e 9 acima elencados, foram prestados os seguintes esclarecimentos:

• Item 8 – a Companhia ressalta que não há novidades com relação aos assuntos, visto que o Processo de Privatização foi suspenso, em razão da não apresentação de envelopes, e o Projeto de Lei nº 749/2019 não teve andamento.

• Item 9 – a Companhia ressalta o quanto divulgado no Fato Relevante de 03 de abril de 2020, a saber: “Com relação à saúde financeira da Companhia, entendemos que certamente haverá impactos decorrentes da atual crise sanitária que acomete o país, causando interferência direta na economia, e, no caso específico, no setor de eventos e turismo, tal como em outros setores econômicos, assim como possíveis impactos em razão do cancelamento/adiamento de eventos realizados no Complexo Anhembi (contratos privados) e de eventos realizados para a Prefeitura Municipal de São Paulo (eventos públicos). Tais impactos, no entanto, não alteram a atual situação de dependência da Companhia da sua acionista majoritária, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.” Além disso, ressalta-se que a Companhia continua envidando esforços para o fechamento de contratos para eventos privados, a serem realizados no Parque Anhembi, após passada a crise do COVID-19.

Por fim, no que diz respeito aos questionamentos realizados pelo Sr. Marcelo Pierantozzi na ata de 28.04.2020, o Diretor Financeiro esclareceu que a cessão dos espaços do Parque Anhembi para a instalação do HMCamp se deu de forma gratuita, conforme solicitação feita pela Casa Civil, em 22.03.2020. No mais, informou que ainda constam pendências de formalização de parte dos instrumentos contratuais, em desenvolvimento junto à PMSP (Saúde e Casa Civil), mas que as informações serão prestadas de forma detalhada no decorrer das próximas reuniões. Por ora, abaixo a planilha anexa com os contratos já formalizados:

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 26 de maio de 2020.

Conselheiros:

THIAGO DEMÉTRIO SOUZA

Conselheiro MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

Conselheiro

MARCO ANTÔNIO TORRES PASSOS

Conselheiro CIBELE ARAÚJO CLEMENTE DO PRADO

Conselheira

EDUARDO JOSÉ DE SOUZA

Conselheiro REBECCA ALONSO NASCIMENTO

Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal realizada em 26 de maio de 2020)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as demonstrações contábeis intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, com base nos acompanhamentos realizados, e à vista do relatório dos auditores da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 22.05.2020, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Companhia, em 31 de março de 2020.

São Paulo, 26 de maio de 2020.

THIAGO DEMÉTRIO SOUZA

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

MARCO ANTÔNIO TORRES PASSOS

CIBELE ARAÚJO CLEMENTE DO PRADO

EDUARDO JOSÉ DE SOUZA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

SÃO PAULO TURISMO S/ASÃO PAULO TURISMO S.A.

CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60

NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA

REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: 22 de maio de 2020, às 10:00h, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19.

PRESENCAS: Presentes os membros da Diretoria Executiva, Srs. Rodrigo Kluska – Diretor Presidente, Marco Aurélio Carreira – Diretor de Infraestrutura, Cristiano Aparecido do Carmo Gueleri – Diretor de Representação dos Empregados e Frederico Hannah Mattar Rozanski – Diretor de Negócios e Turismo e DAF interino.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Rodrigo Kluska. Secretária, Rebecca Alonso Nascimento.

ORDEM DO DIA: Aprovação das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2020.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Rodrigo Kluska., saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item único da Ordem do Dia da presente reunião.

Assim, tendo analisado as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31.03.2020, a Diretoria Executiva da Companhia, à unanimidade de votos dos presentes, declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2020, findo em 31.03.2020, pelo que assinaram, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras”.

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S.S., datado de 22.05.2020, acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2020, pelo que assinam, na presente data, e nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes”.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31.03.2020 foram, ainda, fruto de análise pelo Comitê de Auditoria Estatutário na reunião de 19.05.2020.

Por fim, e diante de todo o exposto acima, as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31.03.2020 serão, ainda, objeto de análise e aprovação pelos Conselhos Fiscal e de Administração, em reuniões a serem realizadas na semana que vem.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 22 de maio de 2020.

RODRIGO KLUSKA

Diretor Presidente

MARCO AURÉLIO CARREIRA

Diretor de Infraestrutura

FREDERICO HANNAH MATTAR ROZANSKI

Diretor de Negócios e Turismo e DAF interino

CRISTIANO APARECIDO DO CARMO GUELERI

Diretor de Representação dos Empregados

REBECCA ALONSO NASCIMENTO

Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 22 de maio de 2020)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

SÃO PAULO TURISMO S.A.

CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60

NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA

REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: 22 de maio de 2020, às 10:00h, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19.

PRESENCAS: Presentes os membros da Diretoria Executiva, Srs. Rodrigo Kluska – Diretor Presidente, Marco Aurélio Carreira – Diretor de Infraestrutura, Cristiano Aparecido do Carmo Gueleri – Diretor de Representação dos Empregados e Frederico Hannah Mattar Rozanski – Diretor de Negócios e Turismo e DAF interino.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Rodrigo Kluska. Secretária, Rebecca Alonso Nascimento.

ORDEM DO DIA: Aprovação das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2020.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Rodrigo Kluska., saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item único da Ordem do Dia da presente reunião.

Assim, tendo analisado as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31.03.2020, a Diretoria Executiva da Companhia, à unanimidade de votos dos presentes, declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2020, findo em 31.03.2020, pelo que assinaram, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras”.

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S.S., datado de 22.05.2020, acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2020, pelo que assinam, na presente data, e nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes”.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31.03.2020 foram, ainda, fruto de análise pelo Comitê de Auditoria Estatutário na reunião de 19.05.2020.

Por fim, e diante de todo o exposto acima, as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31.03.2020 serão, ainda, objeto de análise e aprovação pelos Conselhos Fiscal e de Administração, em reuniões a serem realizadas na semana que vem.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 22 de maio de 2020.

RODRIGO KLUSKA

Diretor Presidente

MARCO AURÉLIO CARREIRA

Diretor de Infraestrutura

FREDERICO HANNAH MATTAR ROZANSKI

Diretor de Negócios e Turismo e DAF interino

CRISTIANO APARECIDO DO CARMO GUELERI

Diretor de Representação dos Empregados

REBECCA ALONSO NASCIMENTO

Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 22 de maio de 2020)